



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16414 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais -N

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS INTERFACES COM A TEMÁTICA RACIAL EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI- BA

Dinalva de Jesus Santana Macêdo - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

## 1 INTRODUÇÃO

Para combater o racismo, o preconceito, a discriminação e valorizar as histórias e culturas dos povos que foram historicamente subalternizados (negros, indígenas, quilombolas, etc), as escolas e as universidades são convocadas a descolonizarem os currículos e as práticas, especificamente a partir da Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, das redes públicas e particulares do país. E posteriormente pela Lei 11. 645 de 10 de março de 2008, que ratifica os preceitos da Lei anterior e inclui também como obrigatório o ensino da História e Cultura Indígena.

Acrescente-se a essas demandas, as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola aprovadas em 05 de junho de 2012, que conceituam a educação escolar quilombola como “as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Nesse caso, entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola” (Brasil, 2012, p. 27).

Diante dessa problemática, este resumo apresenta alguns resultados de uma pesquisa realizada em quatro escolas situadas no distrito de Mutãs, no município de Guanambi- Ba. Uma escola da Educação Infantil, duas do Ensino Fundamental e uma escola do Ensino Médio. Essas instituições atendem também alunos da Comunidade Quilombola de Queimadas que foi reconhecida como remanescente de quilombo em 05 de junho de 2015. A referida comunidade está localizada cerca de 6 km do distrito de Mutãs e aproximadamente a 18 km da

cidade de Guanambi.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com viés etnográfico, que buscou analisar de que modo a história e cultura afro-brasileira, indígena e as questões quilombolas são trabalhadas nas escolas, objetivando compreender os elementos que influenciam nesse processo.

A investigação utilizou-se da análise dos projetos políticos pedagógicos das escolas, de entrevistas com professores/as e lideranças quilombolas, grupo focal com os estudantes e observações em sala de aula. E para a análise dos dados recorreu-se da técnica de análise de conteúdo na modalidade temática.

Neste resumo, optamos por apresentar um recorte das práticas pedagógicas das escolas, no que tange o trabalho com a temática racial, tendo como referência as entrevistas das professoras e observações em sala de aula. A pesquisa contou com a colaboração de duas bolsistas de iniciação científica.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana explicita que “a implementação da Lei 10.639 nas comunidades quilombolas deve considerar as especificidades desses territórios, para que as ações recomendadas nesse Plano possam ter qualidade e especificidade na sua execução” (Brasil, 2009, p. 54).

Em consonância com essas reflexões, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica preconizam que as escolas que atendem alunos quilombolas precisam trabalhar com os saberes tradicionais dessas populações, valorizando as suas histórias e culturas (Brasil, 2012).

Esse cenário exige que repensemos a função social da escola, o que necessita romper com a visão de currículo como um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social, que se veicula através de um bloco de disciplinas, com procedimentos, técnicas e métodos de ensino (Moreira; Silva, 2013). O currículo escolar precisa ser compreendido “como um campo em que estão em jogo múltiplos elementos, implicados em relações de poder, compondo um terreno privilegiado da política cultural [...]” (Costa, 2005, p. 38).

Diante disso, indagamos: Como são trabalhadas as questões étnico-raciais nas escolas? Quais atividades desenvolvidas sobre a história e cultura afro-brasileira, indígena e quilombola? Foi possível constatar através das entrevistas e

das observações realizadas nas salas aulas, que as questões étnico-raciais ainda são pouco trabalhadas nas escolas, e muitas vezes o ensino de história e cultura afro-brasileira indígena e quilombola se resume às aulas de história, ou tratam dessas questões apenas em datas comemorativas. Como podemos ver que a Educação Infantil não desenvolve estudo e ou projeto acerca das questões étnico raciais. Além das professoras compreenderem que trabalhar com essas questões na escola é sinal de discriminação. Como podemos ver.

[..] A gente fala mais por alto, justamente para as crianças não fiquem achando que a gente tá discriminando elas. Então é aquele trabalho bem [...] leve né? [...] Então a gente trabalha de uma forma bem branda. [...] Mas a gente faz de tudo pra não estar entrando nessas questões. Muito pouco o que a gente trabalha sobre etnia na sala. (Professora A- Escola de Educação Infantil).

Outra professora corrobora com essa discussão, sublinhando que trabalha, mas de forma superficial. “Aqui por ser mais da Educação Infantil, até sete anos a gente trata mais de uma maneira superficial é: com historinhas [...]. Não aprofunda tanto nesse tema. É com brincadeiras, com histórias, alguns filmes [...]”. (Professora C- Escola da Educação Infantil).

Vemos que não existe um trabalho sistematizado na escola sobre a temática racial, as professoras trabalham algumas atividades de maneira pontual e superficial. Para elas, as crianças não têm capacidade de compreender a complexidade do conteúdo. Tratar essas temáticas desde a Educação Infantil, adaptando-as ao nível de desenvolvimento e aprendizagens das crianças, é de suma importância para que possam ajudar na formação da identidade étnico-racial das crianças negras, como também na construção de relações que respeitem as diferenças, sem estigmatizá-las (Cavaleiro, 2021).

Na Escola dos Primeiros anos do Ensino Fundamental, foi unânime entre as professoras a afirmação de que a diversidade e a valorização do negro é trabalhada também de forma superficial e esporádica em algumas aulas, e ou quando aparecem atitudes de discriminação entre os alunos, através de xingamentos, bem como na Semana da Consciência Negra no mês de novembro.

Na escola, essa questão ela permeia no desenrolar das aulas né? Frequentemente tem uma criança né? A que xingou ou que foi xingada. Tanto quem xinga a gente precisa tá conscientizando, também como aquele que é xingado quando ainda acha que é um xingamento quando diz que é preto. Não é? A gente trabalha essa questão. E também tem normalmente em novembro aqui na escola já tem um bom tempo que a escola faz um Projeto mesmo e trabalha assim especificamente a questão da pluralidade cultural. É na

Semana da Consciência negra. (Professora A- Escola dos Primeiros anos do Ensino Fundamental).

Observa-se mais uma vez que as questões étnico-raciais são trabalhadas na Semana da Consciência Negra, ou quando surge uma situação de racismo, onde o professor (a) se vê obrigado (a) a intervir. Outra professora ao ser indagada, reforça que as questões raciais são trabalhadas na escola “com momentos culturais no dia da Consciência Negra e com histórias e vídeos” (Professora B- Escola dos Primeiros anos do Ensino Fundamental).

Reconhecemos que essas atividades são importantes na escola, principalmente quando busca implementar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pautada nas competências e habilidades, desconsiderando a diversidade e diferenças culturais que compõem o mosaico cultural dos estados brasileiros. Assim, urge um trabalho educativo sistematizado, contextualizado e aprofundado numa perspectiva antirracista para transgredir os currículos oficiais e as práticas educativas das escolas (Macêdo, 2015).

Essas considerações nos ajudam a compreender o porquê de algumas crianças não gostarem de estudar sobre a África, sobre os quilombos e os negros. Quando se fala em quilombo e quilombolas, são associados àquilo que é negativo, “fora da Lei”, limitando-se aos sofrimentos da escravidão. Não se coloca o enfoque nas culturas, nas lutas e nas riquezas da África e dos afro-brasileiros. Como podemos ver na fala de uma professora: “A gente sabe que tem esse preconceito né? De que o negro é inferior por conta de todo esse processo histórico, da forma como se deu a chegada do negro aqui e da forma como aconteceu a abolição.” (Professora A- Escola dos Primeiros anos do Ensino Fundamental).

A história é trabalhada nas escolas sob a concepção europeia de conhecimento, imprimindo a colonialidade do poder, do saber e do ser. Nesse sentido, para transgredir essa perspectiva colonial de educação e conhecimento, é urgente uma pedagogia decolonial, insurgente, transgressora (Oliveira, 2010).

As professoras reconhecem a importância dos conteúdos escolares dialogarem com os saberes e práticas da Comunidade Quilombola de Queimadas, todavia, os saberes das crianças quilombolas são invisibilizados nas escolas.

A escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados. E essa tarefa passa por processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes, a utilização de pluralidade de linguagens,

estratégias pedagógicas e recursos didáticos, a promoção de dispositivos de diferenciação pedagógica e o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto escolar (Candau, 2011, p. 16).

As professoras relataram que não existem materiais específicos para o trabalho com as questões raciais. Todavia, durante as observações constatamos que existem livros nas escolas que abordam essas temáticas, mas pouco utilizados em sala de aula.

Outro destaque que a pesquisa aponta, é a falta de conhecimentos das professoras sobre a África e os quilombos. Nesse sentido, esses assuntos acabam sendo invisibilizados e estigmatizados, ou tratados de maneira não aprofundada nos componentes curriculares, sendo discutidos especificamente em datas comemorativas.

Diante dessas considerações, podemos inferir que as questões étnico-raciais nas escolas da Educação Infantil e dos Primeiros anos do Ensino Fundamental são trabalhadas especificamente no mês de novembro na Semana da Consciência Negra. Desse modo, as práticas pedagógicas não contemplam os saberes e vivências dos estudantes, principalmente dos quilombolas.

Nos últimos anos do Ensino Fundamental, a temática racial é tratada também na Semana da Consciência negra e no componente curricular de História. Como podemos ver:

A questão étnico na escola é trabalhada no dia da Consciência Negra. Trabalhamos com música, dramatizações, a história da África, cultura, culinária, danças como a capoeira. Não sei o professor de História que provavelmente deve focar bem mais. (Professora H- Escola dos últimos anos de Ensino Fundamental).

O trabalho realizado pela instituição do Ensino Médio pouco se difere da escola dos últimos anos do Ensino Fundamental. De acordo com as professoras, as temáticas são trabalhadas em alguns componentes curriculares ao longo do ano. Entretanto, com destaque para o componente curricular de História. Além disso, apontaram o dia da Consciência Negra e o projeto de Preservação Ambiental em Convivência com o Semiárido (PACS) que acaba discutindo também a temática étnico-racial, porém, não de maneira central.

O trabalho aqui acontece de maneira engajada na disciplina de História. Eu que trabalho com linguagens, com textos,

dialogamos a respeito do porque o negro é tratado com tanta discriminação. E também, através de projetos, a culminância em 20 de novembro, com apresentações, a escola sempre traz alguém para dialogar. Eu mesma, sempre levanto questionamentos sobre a discriminação, mas o professor de História é que foca mais na questão quilombola. (Professora C- Escola de Ensino Médio).

O trabalho pontual com as temáticas raciais pouco contribui para romper com o racismo epistêmico presente nos currículos das escolas, que vem afetando sobremaneira as aprendizagens e o fortalecimento da identidade étnico-racial dos estudantes negros.

Em conformidade com a Lei 10.639/03, o ensino da história e cultura afro-brasileira é obrigatório nos currículos do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e particulares. Esses conteúdos devem ser ministrados no âmbito de todo currículo escolar, especificamente em Educação Artística, Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2004).

Continuando com a discussão, outras professoras destacaram: “Aqui tem a disciplina Cultura Brasileira, que acaba entrando essas questões raciais, discute sobre os indígenas também, já que é sobre a cultura do Brasil de maneira geral” (Professora D- Escola de Ensino Médio).

Nós temos um componente no currículo que nós optamos por trabalhar. É a Cultura Brasileira, o trabalho com ela é no sentido de trazer um pouco dessa cultura do índio, do negro aqui no Brasil. Achei uma iniciativa louvável quando cheguei aqui na escola e já tinham escolhido essa disciplina (Professora E- Escola do Ensino Médio).

Para as professoras o objetivo do trabalho é aproximar os estudantes dessas temáticas. Todavia, este componente Cultura Brasileira só é contemplado no 1º ano do Ensino Médio. Outra professora discorre que os estudantes produzem poemas, músicas, crônicas com as temáticas raciais, através de projetos. “Eles (os estudantes) escrevem muito sobre isso. No ano passado a menina que ganhou em primeiro lugar no projeto Tempos de Arte Literária [...] fez sua apresentação com essa temática, abordando o preconceito” (Professora D- Escola do Ensino Médio). Apesar desses projetos serem pontuais, compreendemos que são importantes pois possibilitam discussões sobre as temáticas culturais no âmbito escolar.

Tanto as professoras do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio reconhecem que pouco se discute a respeito das temáticas dos povos originários.

“A temática indígena é trabalhada, mas não tem tanto enfoque quanto a cultura africana e quilombola” (Professora F- Escola dos últimos anos do Ensino Fundamental). Outra professora reforçou: “Indígena? Pouquíssimo, [...] trabalha mais é a cultura negra juntamente com a quilombola” (Professora G- Escola dos últimos anos do Ensino Fundamental). Mais uma professora corrobora com essas informações: “Se a cultura negra está sendo trabalhada de forma tão tímida, imagine a indígena né? A escola deixa muito a desejar ainda nessa questão, na disciplina de História é trabalhado como conteúdo, mas não temos um projeto” (Professora E- Escola do Ensino Médio).

Vemos através das narrativas e das observações em sala de aula que as histórias e culturas indígenas também são silenciadas nas escolas, uma vez que trata desses assuntos apenas no componente de História e de forma folclórica e romantizada em data comemorativa.

Nesse sentido, evidenciou-se que as práticas pedagógicas ainda são pautadas em concepções tradicionais e eurocêntricas de educação, utilizando-se o livro didático como principal instrumento de ensino e aprendizagens, desconsiderando a diversidade sociocultural dos estudantes. O que tem contribuído para a reprodução do preconceito, do racismo e da discriminação nas escolas. Assim sendo, é urgente *“uma mudança epistemológica e política no que se refere ao trato da questão étnico-racial na escola e na teoria educacional”* (Gomes, 2012, p. 98, grifo nosso).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados apontam que as questões étnico- raciais relacioandas à população negra são trabalhadas nas escolas de forma pontual e superficial em datas comemorativas, como na Semana da Consciência Negra, no componente curricular de História e em alguns projetos pontuais, especificamente nas escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. E a temática indígena, é bem mais invisibilizada, pouco se discute, não há projetos para essa discussão. Às vezes é contemplada quando aparece no livro de História.

Evidenciou-se também que as professoras têm uma visão colonial e eurocêntrica das culturas africanas e quilombolas. Essa concepção certamente decorre da história da escravidão no Brasil, permeada por estereótipos que ainda faz parte do imaginário social brasileiro.

Os principais elementos que certamente interferem nesse processo são: a falta de formação inicial e continuada, a concepção tradicional e eurocêntrica de educação que referenda o trabalho das escolas, bem como os currículos e as práticas pedagógicas que propagam uma concepção colonial de conhecimento, reproduzindo o racismo epistêmico, que não possibilita o diálogo com a diversidade cultural e as diferenças.

É importante sublinhar que as professoras reconhecem que é necessário trabalhar com as questões raciais, todavia encontram dificuldades, como já assinalados para a materialização dessas temáticas nas escolas.

Frente a esses desafios, as universidades têm um papel fundamental para produzir conhecimentos contextualizados em parceria com os movimentos sociais e a educação básica, especificamente nos cursos de formação docente. Para que possam questionar o lugar que tem ocupado a temática racial nos currículos, nos projetos políticos pedagógicos e nas práticas pedagógicas das escolas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: DF, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação/MEC/SECAD. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. (2009).

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Ministério da Educação, Brasília 2012.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Rev: Currículo sem fronteiras, v.11, n.2, pp 240-255, Jul/Dez 2011.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política Cultural. In: **O currículo nos limiares contemporâneos**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, (p. 37- 68).

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, Jan/Abr 2012.

MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana **Educação em Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Velho Chico/BA**: indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais. 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, 2015.

MOREIRA, Antonio Flavio e SILVA, Tomaz Tadeu da(orgs). **Currículo, cultura e sociedade**, 12, ed. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Histórias da África e dos Africanos na Escola. As perspectivas para a formação dos professores de História quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular**, 2010. 252 f. Tese (Doutorado em Educação). PUC– Rio, Rio de Janeiro, 2010.

**Palavras-chave:** Educação Básica. Práticas Pedagógicas. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.



